

Unidade III

5 A CRISE DO SÉCULO XIX

5.1 O que são estruturas de mercado?

Para que se possa entender a crise do capital, primeiramente torna-se necessário compreender de que forma os mais variados mercados foram construídos ou, do ponto de vista teórico, explicados. Afinal, o que vem a ser mercado?

Mercado é um local de encontro entre alguém que oferece algo para outro alguém que desse algo necessita. Assim, mercado é um local de trocas: trocas de produtos, de serviços, de informações.

Podemos pensar, por exemplo, no mercado de trabalho. O trabalho aqui já foi definido como um fator de produção; como fator primordial de produção de que as empresas necessitam e um fator primordial de produção para que a sociedade possa obter renda. O mercado de trabalho é constituído por ofertantes de força de trabalho – mão de obra – e demandantes de tal fator. Como as empresas necessitam do trabalho para por em prática seu processo produtivo, ofertam vagas para que sejam preenchidas pelas famílias que oferecem às empresas a sua riqueza, o trabalho. Assim, de forma conduzida pela **mão invisível**, conforme explicado por Adam Smith, as empresas e as famílias se encontram em tal mercado. Mas, onde se dá tal encontro? Não necessariamente em um espaço ou local específico. Portanto, entende-se por mercado um **local imaginário** onde são efetuadas tais trocas.

Outro exemplo é o mercado de crédito. Ele é constituído por agentes superavitários, ou seja, poupadores, que colocam à disposição dos bancos um volume de moeda para que seja emprestada a deficitários. Tais agentes necessitados de moeda recorrem ao mercado de crédito para obter esse recurso. Esse mercado é mais **visível**, pois é percebido nas atividades dos bancos e das sociedades de crédito.

Podemos ainda classificar os mais diversos mercados em concentrados e não concentrados. Faremos isso para melhor entender como se dá o padrão de concorrência entre empresas. É nesse âmbito que entra a discussão sobre estruturas de mercado para que, a partir disto, possamos melhor entender como são divididas as mais variadas atividades econômicas e de que forma são identificadas as diversas empresas existentes num sistema econômico. Tal classificação dá-se em função do poder exercido por algum agente econômico – no caso, poder de compradores e de vendedores, mais especificamente, por parte dos vendedores.

As várias formas ou estruturas de mercado dependem, fundamentalmente, de três características:

- a) número de empresas que compõe o mercado;
- b) tipo de produto;
- c) existência de barreiras ao acesso de novas empresas.

São basicamente quatro as estruturas de mercado mais predominantes: o mercado de concorrência perfeita, o de monopólio, a concorrência monopolística e o oligopólio.

No mercado não concentrado, iniciaremos a partir do chamado mercado de concorrência perfeita. Para que um mercado seja classificado assim, algumas características devem ser reunidas.

Um mercado de concorrência perfeita é aquele em que há grande número de vendedores (empresas), de tal sorte que uma empresa, isoladamente, é insignificante, não afetando os níveis de oferta de mercado e, conseqüentemente, o preço de equilíbrio.

É um mercado atomizado, pois é composto de um número expressivo de empresas e de compradores, como se fossem átomos. Além disso, reúne outras características, como:

- a) grande quantidade de compradores para uma grande quantidade de vendedores;
- b) produto homogêneo;
- c) mercado transparente;
- d) liberdade aos agentes econômicos quanto à entrada e à saída de novos participantes;

Nesse mercado, em longo prazo, não existem lucros extraordinários (em que as receitas superam os custos), mas apenas os chamados lucros normais, que representam a remuneração implícita do empresário.

Do ponto de vista da teoria microeconômica, a estrutura de concorrência perfeita é uma construção teórica, simplificadora da realidade. Mas, construção teórica ou não, o fato é que uma empresa atuando nesse mercado também terá o objetivo de lucro. Melhor ainda, terá como objetivo a maximização de seu lucro e, desta forma, precisa decidir quais quantidades produzidas são aquelas que atingem o objetivo. Como se trata de um mercado em que há muitos vendedores de um mesmo produto, a margem de manobra em relação ao preço de venda da mercadoria fica bastante prejudicada, sendo, dessa forma, o preço estabelecido pelo mercado.

Dado o padrão da curva de demanda nesse mercado, uma reta constante num preço fixado, todas as firmas componentes desse mercado tornam-se tomadoras de preços. Nenhuma firma,

isoladamente, tem condições de alterar o preço ou praticar valor superior ao estabelecido. Contudo, a esse preço dado pelo mercado, ela poderá vender o quanto puder, limitada apenas por sua estrutura de custos.

Em uma concorrência perfeita, como as quantidades demandada e ofertada da mercadoria dependem de muitos compradores e de muitos vendedores, o preço da mercadoria é estabelecido a partir do encontro das curvas de demanda e oferta. Portanto, o preço da mercadoria é estabelecido pelo mercado e, a partir disso, as firmas seguem o valor estabelecido. Dessa forma, são também chamadas de seguidoras ou tomadoras de preços.

De forma oposta à do mercado de concorrência perfeita, temos o mercado de monopólio, quer dizer, o mercado em que existe um único poder. O mercado de monopólio apresenta condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existe, de um lado, um único empresário dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto, produto substituto perfeito ou concorrente. Nesse caso, ou os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor, ou simplesmente deixarão de consumir o produto.

Para existir monopólio, deve haver barreiras que impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Essas barreiras podem advir de diversas formas, sendo o monopólio puro ou natural uma delas. Esse caso ocorre quando o mercado, por suas próprias características, exige a instalação de grandes plantas industriais que operam normalmente como economias de escala e custos unitários bastante baixos, possibilitando à empresa cobrar preços baixos por seu produto, o que acaba praticamente inviabilizando a entrada de novos concorrentes.

Podemos ainda elencar como barreiras o elevado volume de capital requerido para montar uma indústria monopolista, as marcas e patentes, o controle de matéria-prima básica, bem como as instituições. A legislação brasileira acerca do tema proíbe a existência de monopólio, permitido apenas para aqueles segmentos de mercado em que, para perfeito funcionamento, deva existir apenas uma empresa. São os chamados monopólios institucionais ou estatais, considerados estratégicos ou de segurança nacional. Porém, observa-se atualmente que há uma movimentação para que segmentos monopolizados sejam privatizados.

Como existem barreiras à entrada de novas empresas, os lucros extraordinários devem persistir também em longo prazo nos mercados monopolizados. Nessa estrutura de mercado, a curva de demanda da empresa é a própria curva de demanda do mercado como um todo. Ao ser exclusiva no mercado, a empresa não estará sujeita aos preços vigentes. Isso não significa, porém, que poderá aumentar os preços indefinidamente. Deve, pois sim, de alguma forma, se adequar aos padrões de demanda dos consumidores.

Outra estrutura de mercado é aquela formada pelos oligopólios. O oligopólio é um tipo de estrutura caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Pode caracterizar-se também como um mercado em que há um pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou então, no qual há um grande número de empresas com poucas dominando o mercado, como a indústria de bebidas.

No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas, muitas vezes, por meio de conluios ou cartéis (Nogami e Passos, 2003). Normalmente, as empresas discutem suas estruturas de custos, embora isso não ocorra com relação a sua estratégia de produção e de *marketing*. Há uma empresa líder que, via de regra, fixa o preço, respeitando as estruturas de custos das demais, e há empresas satélites que seguem as regras ditadas pelas líderes. Esse é o modelo chamado de liderança de preços.

Quanto aos objetivos da empresa oligopolista de maximização de resultados, a teoria microeconômica apresenta duas correntes: aquela apresentada pela teoria marginalista e a apresentada pela organização industrial.

Pela abordagem neoclássico-marginalista, a maximização de lucros se dá por:

$$LT = RT - CT$$

onde: LT = lucro total; RT = receita total; CT = custo total

De acordo com essa abordagem, basta que os custos de produção sejam menores do que as receitas de vendas para que haja lucros para a empresa oligopolista.

A abordagem industrial não enfatiza a maximização de lucros pura e simples, mas, sim, a maximização do *mark-up*. A teoria do *mark-up* repousa na constatação empírica de que as empresas não conseguem prever adequadamente a demanda por seu produto e, portanto, suas receitas, mas conhecem seus custos. Difere da teoria marginalista, segundo a qual a empresa, para fixar seu preço no lucro máximo, precisa prever também as receitas, o que envolve conhecer a demanda por seu produto para igualar suas receitas marginais aos custos marginais.

Para que a empresa chegue ao preço de venda, deverá então ter em mente seus custos de produção e qual sua taxa de *mark-up*. Então:

$$p = (1 + m)c$$

onde: p = preço do produto; m = taxa de *mark-up*, que é uma porcentagem sobre os custos diretos; c = custo direto unitário

Dessa forma, o *mark-up* será dado pela diferença entre a receita de vendas e os custos diretos. A taxa de *mark-up* deve cobrir, além dos custos diretos, os custos fixos; deve também atender uma certa taxa de rentabilidade desejada pela empresa oligopolista.

A concorrência monopolista é uma estrutura intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas que não se confunde com o oligopólio. Nessa estrutura, há um número relativamente grande de empresas com poder concorrencial, porém, com segmentos de mercado e produtos diferenciados, seja por características físicas, pelas embalagens ou pela prestação de serviços.

Tais empresas detêm alguma margem de manobra para fixação dos preços, que não é muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado. Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço de seu produto, embora o mercado seja competitivo. O quadro 1 a seguir resume características acerca das estruturas de mercado.

Estrutura	Número de empresas	Tipo de produto	Condições de entrada e saída	Influência sobre o preço	Exemplos
Concorrência perfeita	Muitas	Produto homogêneo	Fácil	Nenhuma, pois são tomadoras de preços	Alguns produtos agrícolas
Monopólio	Uma	Produto único sem substituto próximo	Difícil	Forte	Serviços de energia elétrica
Concorrência monopolista	Muitas	Produto diferenciado	Fácil	Leve	Comércio varejista, restaurantes, farmácias
Oligopólio	Poucas	Homogêneo ou diferenciado	Difícil	Considerável	Homogêneo: alumínio Diferenciado: automóveis

Quadro 1. Resumo das características das estruturas de mercado¹.

5.2 O que aconteceu ao final do século XIX?

O século XIX (conhecido como o século da paz), impulsionado pelo crescimento econômico, progresso tecnológico e pelos desenvolvimentos políticos advindos da Revolução Francesa, seria o século das interpretações da razão. Neste momento, o império britânico assentará suas bases, e a conta de tamanho desenvolvimento será paga depois, com a crise do final do século e as lutas dos trabalhadores que, inspirados pelos ideais socialistas, procurariam melhorar as condições de trabalho. Também será paga nas duas últimas décadas do século e no início do século seguinte, com os movimentos do capital em busca de novos mercados nas colônias e com o imperialismo econômico que acabaria por provocar a I Guerra Mundial.

No campo das ciências, buscava-se um único e mesmo método para o encontro da verdade, independentemente da área do conhecimento: era a nova ciência que fascinava a todos. A ciência do século XIX seria aquela resultante das heranças do Renascimento mescladas às do Iluminismo e em que se notaria o caráter preferencialmente mecanicista e o uso da matemática como linguagem. Afinal, se o universo era um grande organismo, faltava apenas descobrir uma grande lei que explicasse o seu funcionamento e, do ponto de vista do estudo da economia política, isso significava buscar a demonstração matematicamente rigorosa da superioridade da ordem burguesa e do sistema de mercado: essa será a principal razão para a busca de uma formalidade metodológica que conferisse à economia o mesmo estatuto de ciência da física e para a utilização constante de metáforas derivadas da física e da biologia em estudos de pensamento econômico.

¹ Adaptado de Nogami e Passos (2003).

Essa quantificação também virá sob a forma de estatísticas e recenseamentos que não mais se dedicam exclusivamente à administração pública, passando a municiar de dados os que pretendem estudar a sociedade a partir de um método racional e científico.

O desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos para mensuração estatística permitirão aos primeiros órgãos e instituições oficialmente responsáveis pelas pesquisas estatísticas a descrição de todas as facetas da sociedade, numa verdadeira "febre" de contagem: nascimentos, óbitos, doenças (que serviriam de material para os higienistas), preços, produção, animais, condenados por crimes, prostituição, uso do solo, da água e do ar. Esses seriam os números que subsidiariam a compreensão da realidade a partir de leis explicativas. Na Inglaterra vitoriana, as leis que já existiam (as de Adam Smith, Malthus e Ricardo) sobre a distribuição econômica "eram poucas, mas definitivas. Essas leis pareciam explicar não apenas como a produção da sociedade tendia a ser distribuída, mas também como ela **devia** ser distribuída" (Heilbroner, 1996, p. 120)².

A crise surgiria como resultado da expansão da produção acompanhada de redução da lucratividade dos negócios: saturação paulatina de novas oportunidades, rapidez na acumulação de capital, limites para extração da mais-valia, tudo contribuiu para a gestação da crise que romperia ao final do século XIX, aparentemente tão promissor nos seus primórdios.

A concorrência, antes bem-vinda, agora sugeria a criação de mecanismos de defesa contra a redução de preços e margens de lucro. "Essa maior preocupação com os perigos da concorrência sem barreiras veio numa época em que a crescente concentração da produção, principalmente na indústria pesada, lançava os alicerces de uma centralização maior da propriedade e do controle da política dos negócios" (Dobb, 1987, p. 310). Surgem trustes, associações de produtores industriais e cartéis. Necessitadas de mercado, as empresas europeias (especialmente as de capital britânico) irão exportar bens de capital para a Ásia, África e América.

Esse impulso será dado com a exploração do salitre no Chile, com a construção de ferrovias e portos no Brasil, México, Japão, Canadá e Argentina: se o capital já não pode ser traduzido em acumulação nos seus locais de origem, irá ser exportado para o exterior e, lá, produzirá os lucros tão desejados pelos empresários.

Como o pensamento econômico irá refletir sobre essa nova realidade? Inspirados pela visão dos sucessos levantes operários (levantes esses que encontrariam seu ápice em 1848) e pela possibilidade de entender e resolver os problemas oriundos da acumulação capitalista, Marx e Engels irão propor a análise do capitalismo, advogando sua inexorabilidade rumo à destruição. A concepção materialista da História, escreveu Engels (*apud* Heilbroner, 1996, p. 138),

² Heilbroner (1996, p. 120) complementa: "as leis demonstravam que os lucros eram movimentados e controlados pela concorrência, que os salários estavam sempre sob pressão do aumento da população e que as rendas aumentavam para os proprietários de terra na medida em que a sociedade se desenvolvia. E era isso (...): não existia qualquer má vontade **pessoal** envolvida e nenhuma manipulação pessoal. As leis da economia eram como as leis de gravitação e pareceria falta de senso comum desafiar tanto umas quanto as outras."

(...) origina-se do princípio de que a produção, e com a produção a troca de seus produtos, é a base de toda ordem social; que em cada sociedade que apareceu na História a distribuição dos produtos, e com ela a divisão da sociedade em classes ou estados é determinada pelo que é produzido, como é produzido e como o produto é trocado. De acordo com essa concepção, as causas finais das mudanças sociais e das revoluções políticas devem ser vistas, não na mente dos homens nem em seu crescente impulso em direção da eterna verdade e da justiça, mas sim nas mudanças das maneiras de produção e de troca; devem ser vistas não por meio da **filosofia**, mas sim da **economia** da época concernente.

Marx e Engels empreenderam forte ataque contra as teses clássicas, desmascarando a exploração da classe burguesa sobre os trabalhadores e dando início a uma corrente de pensamento que extrapolou a própria economia e ainda hoje se revela muito influente. Marx, em sua clássica obra *O capital*, de 1867, ao desenvolver conceitos como mais-valia, capital variável, capital constante, exército industrial de reserva e composição orgânica do capital, entre outras contribuições, modificou a análise do valor, principalmente a teoria do valor trabalho. Para esse filósofo, o valor da força de trabalho é determinado, como no caso de qualquer outra mercadoria, pelo tempo e pelo trabalho necessário à produção, consequentemente, à reprodução de tal mercadoria. Utilizando esse critério de valor, Marx analisou a acumulação de capital, a distribuição da renda, as crises econômicas e, por fim, as contradições do capitalismo como sistema de produção de mercadorias.

A obra de Karl Marx (1818-1883) é extremamente complexa, envolvendo, além da análise do funcionamento da economia capitalista, a apresentação de um método de investigação próprio (o materialismo histórico) que, posteriormente, serviu de instrumental para várias outras áreas do saber. Para desenvolver a sua explicação teórica do desenvolvimento do capitalismo, Marx partiu de Smith e Ricardo. Segundo Hunt (2005), Marx considerava Mill um oponente intelectual a quem era necessário respeitar; em relação a Malthus, Bentham, Senior e Say, ele "quase que se limitou a criticá-los" (*idem*, p. 194): esses autores careciam de uma visão histórica das atividades econômicas e do desenvolvimento social, e suas obras resultavam em análises fracas e descontextualizadas em relação aos modos de produção e às suas condições particulares em determinados períodos de tempo. Marx faz uma previsão: o capitalismo se destruirá por si mesmo. A produção não planejada, a desorganização do sistema, constantes oscilações de preços, tudo conspiraria para a inexorável crise.

O sistema, simplesmente, era complexo demais; desencaixava-se de maneira constante, perdia o ritmo, produzia determinada mercadoria em excesso e outra de menos. A segunda, o capitalismo deveria produzir seu sucessor sem o saber. Dentro de suas grandes fábricas ele precisaria não apenas criar a base técnica para o socialismo — produção racionalmente planejada —, mas teria, além disso, que criar uma **classe** bem treinada e disciplinada que viria a ser o agente do socialismo, o amargurado proletariado. Por sua própria essência dinâmica, o capitalismo iria produzir a própria queda e, no processo, alimentaria o inimigo (Heilbroner, 1996, p. 141).

Algumas das principais ideias de Marx podem ser assim resumidas:

- a) o capital era responsável pela geração de lucros para uma específica e especial classe social;
- b) o conceito de harmonia social só era possível se fosse tomada como pressuposto a existência de apenas uma relação econômica: a troca;
- c) as mercadorias tinham um valor de uso (criado pelo trabalho útil) e um valor de troca (criado pelo valor abstrato), esse último sendo expresso em termos de preço monetário; ainda, "o valor de uso não poderia ser a base do valor de troca" (Hunt, 2005, p. 198). Tendo "estabelecido a ligação entre o valor de troca de uma mercadoria e 'a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção', Marx (...) mostrou as condições sócio-históricas específicas necessárias para os produtos do trabalho humano se transformarem em mercadorias" (*idem*, p. 200);
- d) enquanto numa sociedade não capitalista o fluxo de troca poderia ser descrito por mercadoria – dinheiro – mercadoria (quer dizer, o processo envolvia a troca com o objetivo de adquirir outras mercadorias para uso), numa sociedade capitalista o fluxo caracterizava-se por dinheiro – mercadoria – dinheiro' (ou seja, o capital permitia a produção de mercadorias que, trocadas, geravam mais dinheiro); a diferença entre dinheiro e dinheiro' era a mais-valia, gerada no processo de produção e que tinha como origem o fato de os capitalistas comprarem um conjunto de mercadorias (fatores de produção, incluindo o trabalho que o operário vendia como mercadoria) por um valor abaixo daquele representado pelo conjunto de mercadorias vendidas (resultantes do processo produtivo).

Essa análise levou Marx a concluir que a única forma de o capitalista sobreviver era acumulando cada vez mais capital; a luta pela sobrevivência geraria concentração econômica e faria com que a taxa de lucro tendesse à queda, provocando crises setoriais, alienação e miséria da classe operária (*idem*, p. 224).

Mais: Marx definiria a acumulação de capital como sendo a retransformação, ou a utilização da mais-valia, produzida pela força de trabalho, no próprio processo produtivo. Essa acumulação teria seu ritmo dependente da composição orgânica do capital, que era a relação entre o chamado capital constante, derivado do valor dos meios de produção, e o capital variável, advindo do valor da força de trabalho. Quanto maior a parcela do capital total destinada ao capital constante em relação ao capital variável, maior seria a acumulação do capital total.

Como se daria o processo de acumulação de capital e as crises dela decorrentes? O capitalismo levava à criação de empresas cada vez maiores, pertencentes a um número cada vez menor de proprietários. Como a taxa de lucro tendia à diminuição, a única forma de compensar essa queda era aumentar a exploração do trabalhador, mantendo os salários ao nível de subsistência. À medida que o capital era acumulado, aumentava-se o valor dos outros meios de produção que não o trabalho. Os operários sem emprego formariam o exército industrial de reserva e competiriam pelos poucos postos de trabalho. O capital, então, passaria a controlar o trabalho; aumentaria a alienação e a pobreza em geral. Aos operários, portanto, apenas restaria destruir o capitalismo.

Marx estava certo? Segundo Hunt (*idem*, p. 233),

o capitalismo sobreviveu a muitas profecias posteriores a sua morte (...). Não podemos esperar que Marx ou qualquer outro pensador tenha sido um vidente infalível da sequência exata e da ocasião exata dos acontecimentos futuros. O capitalismo – ou qualquer outro modo de produção social – é muito complexo para permitir previsões feitas com base em adivinhações. Marx, porém, apresentou uma análise estruturada, bem como inúmeros esclarecimentos teóricos e históricos concretos, que continuam, comprovadamente, muito úteis até hoje.

O final do século XIX, portanto, é um tempo de mudanças: emergem as grandes corporações econômicas com tendência monopolística (fazendo desaparecer o capitalismo concorrencial) e o Estado passa a interferir cada vez mais na vida econômica da sociedade. Temos, agora, não apenas o contexto a partir do qual se gerou a grande depressão da década de 1870, mas também o instrumental analítico para compreendê-la em toda a sua extensão.

O que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada em meados da década de 1890, passou a ser encarado como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas de senilidade e decadência (Dobb, 1987, p. 300).

Se os mercados são tão necessários para a sobrevivência do capital, as nações desenvolvidas irão entrar em guerra para disputá-los.

Para refletir

As crianças agora trabalhavam em fábricas, sob a direção de um supervisor cujo emprego dependia da produção que pudesse arrancar de seus pequenos corpos, com horários e condições estabelecidos pelo dono da fábrica, ansioso de lucros. Até mesmo um senhor de escravos das Índias Ocidentais poderia surpreender-se com o bago dia de trabalho das crianças. Um deles, falando a três industriais de Bradford, disse: "Sempre me considerei infeliz pelo fato de ser dono de escravos, mas nunca, nas Índias Ocidentais, pensamos ser possível haver ser humano tão cruel que exigisse de uma criança de 9 anos trabalhar 12 horas e meia por dia, e isso, como os senhores reconhecem, como hábito normal" (Huberman, 1986, p. 192).

EXERCÍCIOS

1) (Enade, 2008, História, com modificações) Encontramos em Hobsbawm (1988, p. 95) que

o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (...) Sem isso não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do rio do Congo, ou tivessem se empenhado em disputas diplomáticas em torno de algum atol do Pacífico. Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século.

Para Hobsbawm, o que caracteriza a expansão imperialista europeia no século XIX?

- a) A ausência do Estado protecionista na criação de uma economia global única.
 - b) A criação de uma economia global única no contexto do crescimento industrial europeu.
 - c) A ausência de concorrência entre os países mais industrializados.
 - d) O favorecimento social das regiões coloniais com a ampliação dos investimentos europeus.
 - e) Os benefícios econômicos proporcionados às massas descontentes dos impérios.
- 2) (Enem, 1999) A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e aos grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de doze a catorze horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX. Pode-se afirmar que as conquistas no início deste século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:
- a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais;
 - b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados;
 - c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses;

- d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos;
 - e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.
- 3) As operações, trocas, realizadas no mercado estão condicionadas à estrutura em que este mercado opera. Assim, por exemplo, a existência de muitos ofertantes e muitos demandantes caracteriza a concorrência perfeita como uma particular estrutura de mercado. Mas há também mercados que operam com base em uma estrutura do tipo concorrência imperfeita. O monopólio é uma estrutura de mercado do grupo de concorrência imperfeita e, nela:
- a) o produtor é basicamente um tomador de preços para os seus bens, incapaz de influenciar os seus valores;
 - b) o consumidor, na verdade, é quem estabelece o preço que irá vigorar no mercado;
 - c) os preços dos bens são estabelecidos mediante acordos e associações entre os seus fabricantes;
 - d) o produtor forma o preço no mercado, desde que apoiado pelo governo, mas independentemente dos desejos de compra dos consumidores;
 - e) o produtor determina o preço do seu bem ou serviço no mercado, subordinando-se, porém, de alguma forma, às condições de demanda dos seus bens e serviços.
- 4) (Adaptado de Provão-MEC, Administração, 1999). Um ponto importante a considerar quando do desenvolvimento de um novo produto ou até da penetração em um mercado já existente, é que cada empresário deve ter noção das diferentes estruturas de mercado e do padrão de concorrência que enfrentará. Assim, o conhecimento das condições concorrenciais em mercados concentrados ou não concentrados é de extrema importância para o sucesso de qualquer empreendimento. Suponha que você seja gerente de uma empresa que opera com um determinado produto em um mercado em concorrência pura (ou perfeita). Para que você melhor enquadre a empresa no mercado, em relação aos itens diferenciação e preço de produto, a combinação que deve ser feita correspondente ao produto é:
- a) não diferenciado e preço abaixo da média dos concorrentes;
 - b) não diferenciado e preço no nível dos concorrentes;
 - c) diferenciado e preço no nível dos concorrentes;
 - d) diferenciado e preço abaixo da média dos concorrentes;
 - e) diferenciado com preço acima da média dos concorrentes.

5) Qual das alternativas a seguir é necessária para um setor se aproximar da competição perfeita?

- a) A falta de um acordo explícito para a determinação dos preços.
- b) A existência de muitas empresas.
- c) Uma curva de demanda de mercado altamente elástica.
- d) A existência de mercado relevante em que os agentes são tomadores de preços.
- e) Não existe uma regra única para estimar a existência da competição perfeita.

6) Adam Smith (*apud* Santos, 2003) afirma que

o trabalho humano gera riqueza de acordo com duas circunstâncias: o grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho, ou seja, da destreza e da habilidade com que o ser humano realiza as tarefas da produção, e o número proporcional de trabalhadores produtivos. O aumento da produtividade do trabalho depende da divisão social do trabalho. Quanto mais especializado for o trabalho dos indivíduos entre atividades e dentro de atividades, maior será a produtividade do trabalho e, portanto, maior a produção de objetos úteis.

Smith, em sua obra *Riqueza das Nações*, distingue valor de troca de uma mercadoria por valor de uso. Sobre isso, considere as seguintes assertivas e responda ao solicitado:

- I – O valor de troca diz respeito à capacidade de uma mercadoria comprar uma quantidade de outras mercadorias no mercado.
- II – O valor de uso diz respeito à capacidade de uma mercadoria comprar uma quantidade de outras mercadorias no mercado.
- III – O valor de uso refere-se às qualidades físicas do objeto que permitem satisfazer às necessidades humanas.

Sobre essas assertivas:

- a) Todas as assertivas estão corretas, exceto a I.
- b) Todas as assertivas estão corretas, exceto a II.
- c) Todas as assertivas estão corretas, exceto a III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

7) Considere a seguinte passagem de Marx (2005[1867]):

O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas efetuada através de coisas. A propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e outros meios de produção não transforma um homem em capitalista se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente. Um negro é um negro. Só se converte em escravo se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora destas condições, não é capital, como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é o preço do açúcar (...) O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.

Analise agora as assertivas propostas sobre o pensamento de Marx.

I – Pode-se perceber que o texto procura apresentar uma preocupação referente às leis do movimento do capital na sociedade capitalista para, a partir daí, denunciar suas consequências desumanas.

II – Vemos, a partir do texto, que o capital é antes de tudo uma relação social. É a relação de produção que surge com o aparecimento da burguesia, ou seja, com o aparecimento daquela classe que se apropria privadamente dos meios de produção e que se firma definitivamente após a dissolução do mundo feudal.

III – Para o autor do trecho proposto, o capitalismo surge tendo em conta todas aquelas forças de transição do feudalismo para o capitalismo como modo de produção, quando tudo se torna mercadoria, excetuando-se a força de trabalho.

IV – Para o autor do trecho proposto, a relação entre proprietários de meios de produção e proprietários da força de trabalho se reveste de algumas características específicas, e é a partir desta relação e de suas consequências que os meios de produção se tornam capital e a força de trabalho, mercadoria.

Relacionando o texto proposto e as assertivas apresentadas, podemos afirmar que:

- a) todas as afirmações estão corretas, exceto a I;
- b) todas as afirmações estão corretas, exceto a II;
- c) todas as afirmações estão corretas, exceto a III;
- d) todas as afirmações estão corretas;
- e) todas as afirmações estão incorretas.

Resolução dos exercícios

1. b) A criação de uma economia global única no contexto do crescimento industrial europeu.

A alternativa A está incorreta, já que foi justamente o Estado que assumiu a tarefa de proteger a economia. A alternativa C está incorreta, porque havia extrema concorrência entre os países mais industrializados, tanto que esses conflitos acabariam por gerar a I Guerra Mundial. A opção D está incorreta, porque não havia qualquer favorecimento em relação às regiões coloniais. Da mesma forma, está incorreta a E, já que não havia preocupação nenhuma em proporcionar benefícios às massas descontentes.

2. c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

A alternativa correta é C. Esse é um período em que, ao mesmo tempo em que se degradam as condições de trabalho, inicia-se um movimento de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

3. e) o produtor determina o preço do seu bem ou serviço no mercado, subordinando-se, porém, de alguma forma, às condições de demanda dos seus bens e serviços.

A alternativa A está incorreta, pois reúne características da concorrência perfeita. A opção B também está incorreta, pois os consumidores, isolados e em qualquer mercado, não determinam preços. A alternativa C está incorreta, pois acordos e associações ocorrem em mercados de oligopólio. A alternativa D também está incorreta: monopolistas devem, de alguma forma, adequar o preço do que ofertam às condições da demanda.

4. c) diferenciado e preço no nível dos concorrentes.

A alternativa A está incorreta, porque a venda de um produto idêntico ao concorrente a preços mais baixos derrotam lucros. A alternativa B também está incorreta, pois, ao se cobrar o mesmo que um concorrente por um mesmo produto ou serviço, não há posicionamento algum que seja melhorado. As mesmas considerações devem ser efetuadas para as alternativas D e E, também incorretas.

5. d) A existência de mercado relevante em que os agentes são tomadores de preços.

A alternativa D é a única que reúne uma característica do mercado de concorrência perfeita.

6. b) Todas as assertivas estão corretas, exceto a II.

A assertiva II está incorreta.

7. c) todas as afirmações estão corretas, exceto a III.

A assertiva III está incorreta. Para que estivesse correta, deveria estar dessa forma: "para o autor do trecho proposto, o capitalismo surge tendo em conta todas aquelas forças de transição do feudalismo para o capitalismo, como modo de produção, quando tudo se torna mercadoria, **inclusive** a força de trabalho".

O texto a seguir trata do monopólio estatal e do oligopólio privado. Como funcionam essas duas estruturas de mercado? Os termos monopólio e oligopólio estão sendo usados corretamente pelo autor do texto?

Vamos pensar um pouco mais?

Situação 1 – Do monopólio estatal ao oligopólio privado. Sem concorrência no mercado, operadoras cobram altas taxas da população por serviços insatisfatórios³.

Passaram-se oito anos desde a privatização do Sistema Telebrás, estatal que controlava a telefonia fixa brasileira, cujo ramo de atividade foi dividido entre as empresas Telemar, Brasil Telecom e Telefônica. A proposta de privatização que, em tese, pretendia estimular a concorrência justa, criou um oligopólio de corporações. As pequenas empresas, chamadas espelho, que detêm concessões limitadas, não conseguem concorrer com as grandes operadoras. De acordo com dados de um estudo feito por um dos diretores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), José Pereira Filho, em julho deste ano, Telemar, Telefônica e Brasil Telecom possuem 93% do mercado. As empresas-espelho, mesmo sendo aproximadamente 60, administram apenas 7% desse mercado.

A falta de concorrência é mantida pelo fato de as três grandes concessionárias atuarem em regiões diferentes do país, tendo assim consumidores distintos. Mesmo com o domínio do mercado na telefonia fixa e sem o risco de perderem clientes para outras empresas, os serviços prestados são os campeões de reclamação nos serviços de proteção ao consumidor.

"Acredito que alguns fatores levaram a essa situação. A ideia inicial era de que as empresas-espelho entrariam no mercado, não teriam concessões, portanto não teriam obrigações, como acontece com as concessionárias. Por outro lado, as concessionárias teriam suas obrigações. Entendia-se que as empresas autorizadas, por entrarem no mercado sem essas obrigações de universalização, teriam o interesse de atender a todos os clientes. Mas elas acabaram optando pelo mercado corporativo, que é mais lucrativo. Como elas não são obrigadas a oferecer o serviço para todos os grupos, optaram pelo grupo que oferece mais lucratividade", explica Daniela Batalha, advogada do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec).

³ Disponível em: <http://sinttel.org/noticias/b2.htm>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

6 A CRISE DE 1929

A revista *Veja*, em outubro de 1929, publicou o seguinte texto⁴:

Um alvoroço incomum nos arredores da Bolsa de Valores de Nova York chamou a atenção do comissário de polícia da cidade, Grover Whalen, na última quinta-feira, dia 24. Por volta das 11 horas, um rugido cavernoso começou a escapar do edifício. Alguns minutos depois, já não era possível identificar se o bramido vinha de dentro ou de fora da Bolsa; uma multidão estrepitosa tomara as cercanias de Wall Street e Broad Street, como formigas rodeando um torrão de açúcar esquecido na pia da cozinha. Alarmado, o comissário logo enviou um destacamento especial para a região. A turba, contudo, não representava uma ameaça à ordem pública, como o oficial perceberia mais tarde. Com olhares horrorizados e incrédulos, os nova-iorquinos, espremidos uns aos outros, estavam inertes. Eles apenas esperavam, não se sabe ao certo quem ou o quê. Era o pânico.

Dentro do prédio, a consternação era semelhante e estava ainda mais evidente na agitada face de corretores e operadores, protagonistas e testemunhas do acontecimento que pode mudar os rumos da economia mundial. Símbolo maior da pujança econômica dos Estados Unidos, o mercado de ações, que se tornou verdadeira mania nacional nesta década gloriosa para os americanos, via seu baluarte, a rica e poderosa Bolsa de Nova York, despedaçar-se em poucos minutos naquela que já entrou para os anais como a "quinta-feira negra". Uma onda súbita e sem precedentes de vendas tomou de assalto o pregão nova-iorquino. Ações outrora valorizadas simplesmente não encontravam novos compradores, nem mesmo por verdadeiras ninharias. Os preços dos papéis, fossem eles da United States Steel ou da American Telephone and Telegraph, caíam vertiginosamente, arrastando com eles as economias, esperanças e sonhos de milhares de americanos levados à bancarrota instantânea.

A notícia dizia respeito à quebra da bolsa da maior economia do mundo em 1929, que, por sua dimensão, disseminou a crise por todos os continentes. Para Dobb (1987, p. 322), o que ruía era o sonho de um paraíso econômico:

Os próprios fatos desses anos sombrios, com suas falências repentinas, fábricas abandonadas e filas de gente a pedir pão, forçaram nos espíritos já refeitos a conclusão de que algo muito mais fundamental do que uma adaptabilidade lenta de desordenadas relações de preços devia estar errado no sistema econômico, e que a sociedade capitalista fora tomada por algo com todos os sinais de ser uma doença crônica e ameaçando tornar-se fatal.

Vejamos as origens da crise. Aquele era um tempo em que a atividade econômica tinha como principal característica a produção de massa, resultante de "métodos de fluxo contínuo, pelos quais o

⁴ Disponível em <http://veja.abril.com.br/historia/crash-bolsa-nova-york/especial-quebrou-panico-aco-es-wall-street.shtml>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

movimento do produto através de suas etapas sucessivas é governado por um só processo mecânico" (*idem*, p. 357). O antigo artesão, o produtor independente da máquina e o agente que operava a máquina, todos eles são substituídos por máquinas que operam e comandam a produção, máquinas essas apenas supervisionadas pelo homem. A produção se torna um processo de equipe, mecanizado e que não pode variar, já que é ditado pelo processo mecânico unificado.

Tudo parecia funcionar perfeitamente, de acordo com a ideia mítica da "mão invisível", faltando tão somente aguardar os movimentos do mercado que conciliariam os interesses da demanda da oferta. No entanto, não foi isso que se observou. Elevação do grau de monopolização das empresas, rigidez de preços, manutenção das margens de lucros, redução do emprego como estratégia para redução de custos e otimismo infundado: essa era uma mistura improvável mas que, ocorrendo, levaria o mundo ao colapso de 1929. Se havia redução da demanda e, portanto, formação dos estoques em níveis acima dos normais, utilizava-se a redução da produção (e do emprego, em consequência) como instrumento corretivo; os preços, no sistema monopolista, estavam "dados" e não seriam alterados, da mesma forma que não se alteraria a taxa de lucros dos capitalistas. De acordo com Dobb (*idem*, p. 360), ainda havia outro fator a ser considerado:

Na medida em que o processo de produção se torna um todo unificado, em vez de uma coleção de unidades atomísticas, impõe-se pelo menos um tamanho mínimo, abaixo do qual uma fábrica não pode operar. E, na medida em que os custos fixos ou gerais são aumentados, enquanto os custos diretos ou primários (ou variáveis) são simultaneamente rebaixados, a praticabilidade de variar a produção de uma dada fábrica (por exemplo, pela sua dotação com uma força de trabalho menor) fica ao mesmo tempo reduzida.

O otimismo, esse infundado e que mencionamos anteriormente, encontrava apoio nos lucros obtidos em operações na bolsa de valores: os lucros eram tão imensos, que todos compravam ações. Do padeiro ao motorista de ônibus, todos compravam ações, embalados pelo sonho da prosperidade rápida e sem riscos, sequer imaginando que o fim estava muito mais próximo do que se imaginava. Mas, por qual motivo?

Desde muito, o governo americano incentivava o cidadão a participar do mercado acionário. Afinal, o crescimento da produção industrial americana havia ocorrido à custa de uma grande quantidade de dinheiro aplicado em bolsa de valores por meio de aquisição de ações de empresas.

É no mercado financeiro que as empresas, ao disponibilizar ações para negociação, conseguem elevar seu capital e investir no crescimento da produção. É nesse tipo de mercado que agentes superavitários encontram formas alternativas de valorizar suas riquezas, deixando-as à disposição dos empresários que investirão mais e mais na produção de coisas úteis. Ao final do processo, o empresário vende sua produção e repassa parte dos lucros aos agentes superavitários que acreditaram no "negócio". Simples e bonito, não? Nem sim, nem não!

O fato de as empresas utilizarem o mercado acionário como forma de angariar recursos para aumentos de produção é louvável, assim como é promissor o fato de pessoas acreditarem e apostarem

na produção alheia como forma de valorização do capital. O que não está correto, ou pelo menos não se mostrou correto à época, foi a ânsia capitalista em querer acumular mais e mais capital, a ponto de algumas pessoas hipotecarem seus imóveis para arriscar lucros alvissareiros no mercado financeiro. Ora, para que lucros maiores sejam repartidos entre mais pessoas, maiores deverão ser os lucros das empresas, ou seja, sua margem de lucro e, portanto, maior sua rentabilidade como negócio.

Vimos em páginas anteriores certa tendência para a mecanização da produção. Para que a produção seja mecanizada, o homem dá espaço para a máquina. Quem recebe salários para trocar sua remuneração por produtos? Homens ou máquinas? Pensemos mais um pouco.

Com o processo de acumulação e concentração do capital aliado aos aumentos de eficiência e produtividade da produção – permitidos pelo crescente uso da maquinaria – um volume de produtos cada vez maior é lançado ao mercado para consumo.

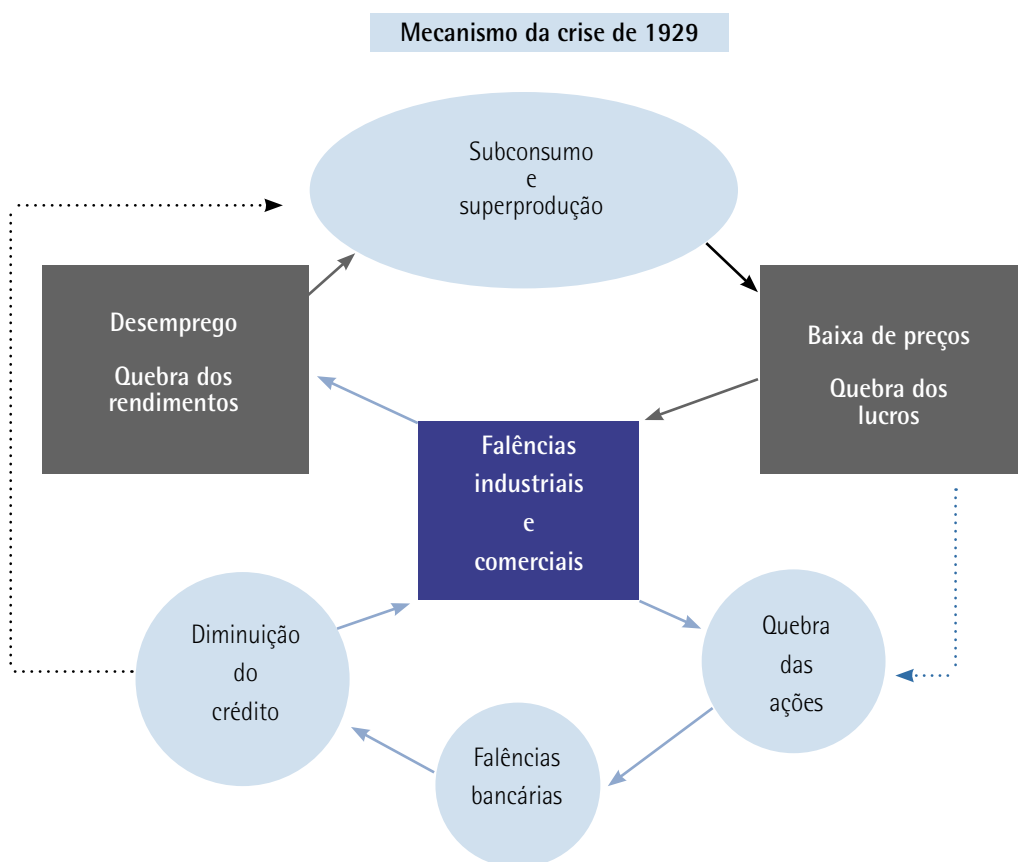
Façamos, então, a conta. As empresas industriais desempregam pessoas. As empresas industriais aumentam as quantidades de produtos produzidos. Quem compra? Quem gera receitas às empresas? De que forma essas empresas serão lucrativas? Como devolverão o capital anteriormente investido, agora crescido em função dos lucros prometidos? Ademais, grande quantidade de consumidores não estava interessada em comprar e adquirir produtos, mas em investir seu dinheiro na produção! Percebe? Assim,

Quando os escombros foram varridos, o estrago era assustador. Em dois insanos meses o mercado perdera todo o terreno que ganhara em dois anos delirantes; US\$ 40 bilhões em valores haviam simplesmente desaparecido. Houve também o fato de que o americano médio usara sua prosperidade de forma suicida; ele se hipotecara até o pescoço, esticara seus recursos de forma perigosa sob a tentação de compras a prestação e acabara por selar o próprio destino comprando avidamente fantásticas quantidades de ações – cerca de 300 milhões de quotas, é a estimativa – com dinheiro emprestado (Heilbroner, 1996, p. 233).

O sistema monopolista também impedia a entrada de novas empresas, e a queda de investimentos logo se faria sentir. Capacidade ociosa: esse seria o resultado da adoção desse conjunto de práticas, e a ociosidade seria não apenas de equipamentos e ativos imobilizados, mas especialmente da mão de obra, que se caracterizaria como exército industrial de reserva de dimensões alarmantemente ampliadas. Os Estados Unidos, antes reconhecidos como oásis do mundo para se viver, passaram a ser identificados como geradores de crises.

Os milhões de desempregados eram como uma embolia na circulação vital da nação; e enquanto sua evidente existência argumentava com mais força do que qualquer texto para demonstrar que algo estava errado no sistema, os economistas retorciam as mãos, espremiavam os cérebros e invocavam o espírito de Adam Smith, mas não conseguiram estabelecer qualquer diagnóstico nem remédio. Desemprego – este tipo de desemprego – simplesmente não se encontrava na lista dos possíveis problemas do sistema; era absurdo, irracional e, portanto, impossível. Mas estava ali. (Heilbroner, 1996, p. 234).

O mecanismo da crise está representado no modelo a seguir.



O mecanismo da crise⁵.

O que fazer com o mundo que não caminhava automaticamente para o equilíbrio, tal como preconizado e previsto pelo liberalismo que marcara a gênese da investigação econômica? O que fazer com as teorias explicativas da época, notadamente na figura de Jean Baptist Say, de que a oferta cria sua própria procura e que as economias tendem ao equilíbrio geral? Várias foram as estratégias, e que inspirariam os governantes dos mais diversos países do mundo e romperiam com determinados paradigmas do pensamento econômico.

A partir das guerras mundiais, entremeadas pela crise de 1929 e a Grande Depressão, a teoria econômica convencional passou a ser objeto de investigação e passível de mudança. A partir das catástrofes causadas pela Grande Depressão, há uma ruptura com a ciência clássica, pois os chamados economistas clássicos acreditavam que as economias de mercado tinham a capacidade de, sem a interferência do governo, utilizar de maneira eficiente os recursos disponíveis, ou seja, produzir esses recursos com pleno emprego. A partir do momento em que as economias atingissem o ponto de pleno emprego, o produto da economia e o emprego já estariam determinados, representando então a efetiva disponibilidade de recursos.

⁵ Disponível em: http://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/07/3_-crise-de-29-grande-depressao11.jpg. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

A macroeconomia até então prevalecente sugeria a existência de uma tendência automática ao pleno emprego de recursos e, dessa forma, a inexistência de desemprego de trabalhadores. Mas, por conta principalmente da Grande Depressão dos anos de 1930, a evidência empírica mostrava pessoas buscando constantemente emprego sem alcançar sucesso.

Costuma-se creditar à quebra da bolsa de valores a responsabilidade para a Grande Depressão dos anos 1930, mas é importante notar outros acontecimentos da economia americana da época que, conjugados à euforia especulativa, acabaram por gerar a crise.

Um desses acontecimentos foi um revés no setor agrícola. Este, característico de um mercado de concorrência perfeita, produz um bem com demanda inelástica em relação ao preço e à renda. O que isso significa? Que se, por exemplo, baixar sobremaneira o preço da alface, o seu consumo não aumentará na mesma magnitude. O mesmo ocorre em função da renda. Como a sociedade vinha se industrializando, era natural que os salários dos trabalhadores da indústria fossem maiores em comparação aos trabalhadores agrícolas. Assim, e diante do fato de as sociedades estarem mais concentradas nos centros urbanos em detrimento dos rurais, o consumo de produtos industrializados era maior do que o dos produtos agrícolas, gerando uma crise de superprodução agrícola e derrotando os lucros dos empresários desse setor.

Arelado ao setor industrial, que remunerava o trabalho conforme sua produtividade, surgiu outro setor: o de serviços, que dava suporte e assistência às indústrias. Para que as empresas do setor de prestação de serviços tivessem condições de trabalhar, necessitavam de trabalhadores que seriam "roubados" do setor da indústria. Tais trabalhadores somente mudariam de emprego se a relação de salário fosse melhor, ou seja, se o setor de serviços pagasse salários mais elevados do que a indústria. Dessa forma, os lucros no setor de serviços eram muito baixos para pagamentos de salários elevados, comparativamente aos salários industriais.

Enfim, a economia americana estava diante de um grande e grave problema. Em 1933, Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos e uma pesada herança: 17 milhões de desempregados. Para achar uma saída para a crise, sua equipe elaborou um plano que passou a ser conhecido como *New Deal* (Novo Acordo). Caberia ao Estado intervir na economia, vigiando o mercado e os empresários, corrigindo as distorções e monitorando as atividades nas bolsas de valores.

Basicamente, o *New Deal* procurou consertar o desequilíbrio na economia por meio de algumas estratégias:

- a) criação de um portentoso e ambicioso programa de obras públicas a serem executadas por órgãos públicos e empresas estatais: foram construídas estradas, escolas, hospitais, aeroportos e toda uma infinidade de obras de infraestrutura;
- b) criação da Previdência Social e elaboração de leis sociais para a proteção dos trabalhadores e desempregados;

- c) criação do salário mínimo;
- d) diminuição da jornada de trabalho e manutenção dos salários;
- e) compra de estoques de cereais e sua posterior queima, para manter a remuneração dos setores da economia envolvidos com o setor primário;
- f) arbitragem dos conflitos entre empresários, forçando-os a concretizar acordos sobre os níveis de produção e preços;
- g) renegociação e perdão das dívidas dos pequenos proprietários;
- h) concessão de crédito aos fazendeiros.

Em suma, a proposta do *New Deal* foi a de aumentar a capacidade de consumo da sociedade sem que, num mesmo momento, fosse aumentada a capacidade de produção das empresas. A preocupação maior de Roosevelt era a de proporcionar à sociedade novos tempos de consumo e produção. Para tanto, as ações citadas permitiram ao governo transferir renda para a sociedade. Acompanhe o raciocínio acerca da construção de infraestrutura mencionada anteriormente.

Para que o governo possa construir escolas, por exemplo, precisa inicialmente de um espaço geográfico, um local físico. Para tanto, pode adquirir uma fábrica fechada em função da crise anterior. Assim, o governo repassa, por meio da compra de um imóvel, determinada renda a uma família que pode voltar ao mercado de consumo. Essa escola agora precisa ser construída. Então, o governo adquire do mercado de construção civil todos os materiais necessários à construção. Precisarà contratar pessoas que trabalharão nas obras, pedreiros, marceneiros, pintores e demais profissionais. Cada um desses profissionais receberá um salário como forma de remuneração de sua atividade. Portanto, voltam a receber renda e também podem voltar ao mercado de consumo de mercadorias. E, assim por diante.

Os empresários, por seu turno, incentivados também pelo governo com subsídios à produção, voltam a ter ímpeto para continuar seus negócios, percebendo agora que a sociedade também tem capacidade de retorno ao mercado de consumo. Assim, empresas voltam a empregar outras pessoas e retomam a produção anteriormente freada em função da crise. É um círculo.

Todas essas medidas conjugadas geraram um aumento no nível de emprego da economia, forçando o aumento da produção e da contratação de empregados, a manutenção da atividade econômica e o controle das tensões sociais. O Estado, finalmente, salvava o capital: acabava a era da crença no equilíbrio natural e automático do mercado. Experimentaríamos o período chamado de *Welfare State*, Estado de Bem-Estar Social, em que caberia ao Estado o resgate da sociedade.

Um economista britânico se proporia a traduzir essa nova situação dentro dos rigores do pensamento econômico: seu nome era John Maynard Keynes, e o seu trabalho, *A teoria geral do*

emprego, do juro e da moeda, foi tão brilhante, que ainda hoje ele adjetiva parcela considerável dos economistas do *mainstream*⁶. Keynes mostrava que, contrariamente aos resultados apontados pela teoria clássica, as economias capitalistas não tinham a capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Assim, deveriam ser abertas oportunidades para a ação governamental: por meio dos clássicos instrumentos de política econômica, caberia ao governo direcionar a economia rumo à utilização total dos recursos.

A análise de Keynes partiu do estudo da riqueza de uma nação. Segundo ele, a medida de riqueza de uma nação é sua renda. E renda, aqui, não é um conceito estático, porque ela se transfere de mãos no processo de produção e consumo de mercadorias; na verdade, é essa transferência que revitaliza a economia. Parte da renda é gasta no consumo de bens e serviços; outra parte é poupada, ou em bancos ou por meio da aquisição de ações. De qualquer forma, é esperado que essa renda retorne ao sistema, via concessão de empréstimos ou por meio de financiamentos para a expansão das atividades produtivas.

O problema surge porque essa comunicação entre poupança e investimento não é automática. O fluxo circular da renda não funciona de forma automática. "E aí está a possibilidade de depressão. Se nossas poupanças não forem investidas por empresas com negócios em expansão, nossas rendas vão declinar. Estaremos na mesma espiral de contração como estaríamos se tivéssemos congelado nossas poupanças guardando-as no colchão" (Helbroner, 1996, p. 248). A economia fica paralisada, segundo Keynes. Ele ainda descobriria mais uma coisa: a depressão e a crise da bolsa haviam acabado com o montante de poupanças. De fato, sequer havia renda para o consumo, quanto menos para poupança.

A maior consequência era que a economia encontrava-se em uma condição de paralisia exatamente quando precisava ser mais dinâmica. Pois, se não havia excedente de poupanças, não havia pressão na taxa de juros para encorajar os negociantes a pedir empréstimos. Se não havia empréstimos e gastos com investimentos, não havia ímpeto de expansão. (...) Assim, dava-se o paradoxo da pobreza em meio à fartura e a anomalia de homens e máquinas sem ter o que fazer (*idem*, p. 252).

O que fazer nessa situação de paralisia? Keynes elaboraria teoricamente o que se tentara antes, e de forma bem-sucedida, com o *New Deal* americano. Assim, cabia ao governo tirar a economia do fundo do poço, investindo e criando empregos. Ao criar empregos, criaria renda para consumo e poupança. Criando demanda, criaria estímulos para que a oferta fizesse a produção retomar seu crescimento. O governo deveria investir em obras públicas, mesmo que fossem apenas para cavar buracos que, posteriormente, fossem tapados: a prioridade era criar emprego. Em outras palavras, "os projetos de obras públicas atacariam o problema com uma faca de dois gumes: ajudando diretamente a manter o poder de compra das pessoas que de outra forma permaneceriam desempregadas e liderando o caminho para a retomada da expansão privada dos negócios" (*idem*, p. 256). Era, afinal, a "mão visível" do Estado colocando ordem no mercado, ordem essa que outra mão invisível lograra não conseguir.

⁶ Ainda nos dias de hoje, uma boa parte da heterodoxia econômica se autointitula de "keynesiana".

Assim, diante desse contexto, Keynes apresenta *O princípio da demanda efetiva* como novidade para o pensamento econômico da época.

Os resultados obtidos foram satisfatórios. Como pode ser visto no gráfico 1 a seguir, a economia americana voltou a crescer, e nesse crescimento se manteria até a década de 1970. Observe: a linha pontilhada corresponde ao crescimento americano. As barras verticais correspondem ao crescimento da economia brasileira.

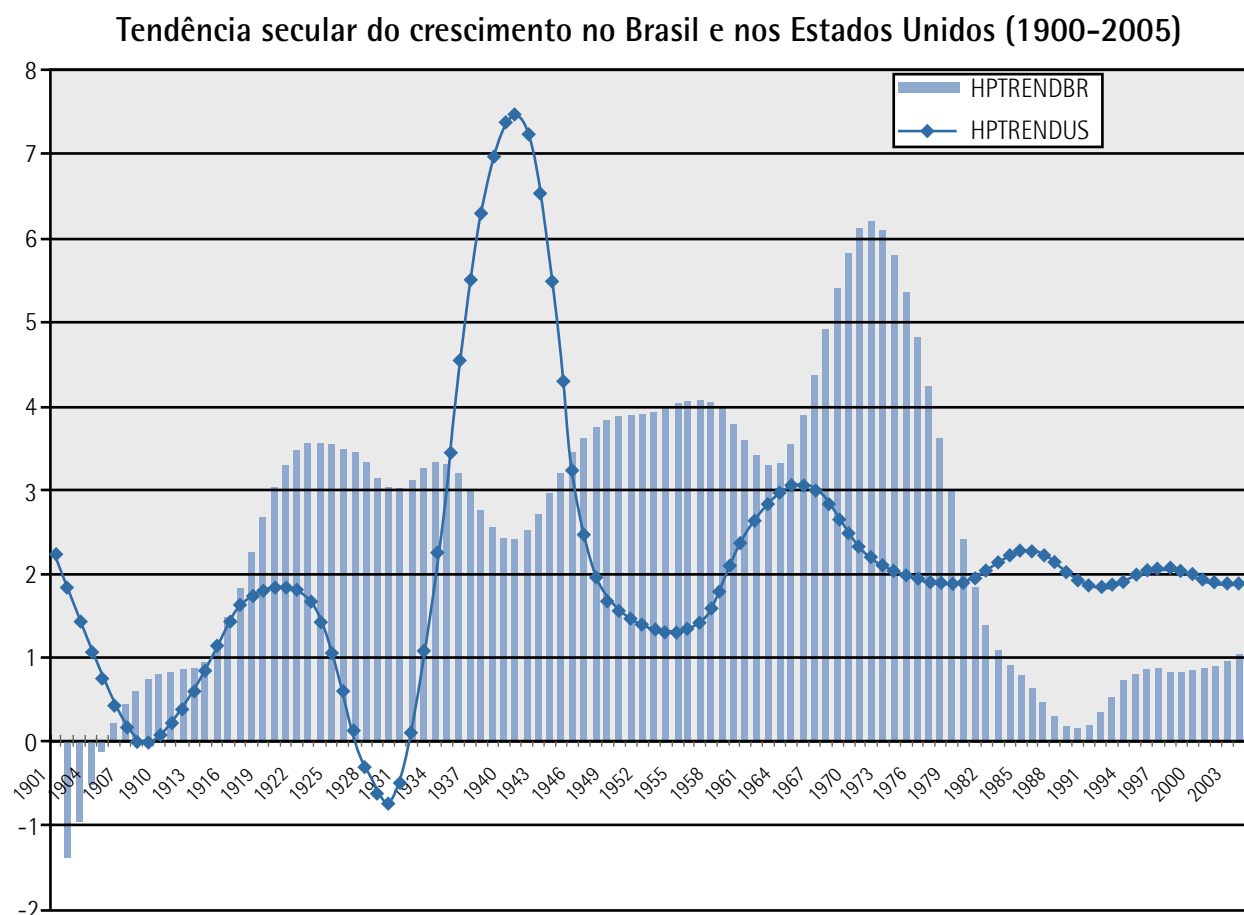


Gráfico 1. Crescimento no Brasil e nos Estados Unidos⁷.

Faltava ordenar ainda alguns mecanismos, e isso ocorreria em Bretton Woods: uma sequência de acordos determinariam algumas regras de relacionamento monetário entre os países. Escaldados pelo efeito dominó da crise de 1929 e ainda sob a comoção da II Guerra Mundial, os países industrializados iriam estabelecer normas para a paridade cambial, tornando as moedas indexadas ao dólar e este ancorado na conversibilidade ao ouro. Ainda como resultado de Bretton Woods, surgiriam o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), constituinte do Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁷ Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/ecos/v17n2/a02grf02.gif>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

Conforme Manzalli e Gomes (2006, pp. 89-90),

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são dois importantes organismos criados para promover a coordenação de políticas entre países, notadamente na área financeira, mas muitas vezes tal coordenação ocorre em detrimento de interesses de sociedades. Com o avanço do comércio de longa distância na Europa, surge certa tendência de que as coordenações financeiras, predominantemente administradas por famílias dos comerciantes locais, passem a desempenhar um papel primordial na definição dos interesses políticos e econômicos de diversos grupos no continente. Com o tempo, o desenvolvimento do comércio privado de moedas e instrumentos financeiros organiza-se em cidades que ganham *status* de centros financeiros, e estes, agora, passam a influenciar governos e diversos grupos sociais em muitas localidades onde, no início do século XX, o poder econômico de Londres fazia-se sentir em vastas regiões do globo.

De acordo com Sandroni (1996), o FMI foi criado em 1944 para tentar promover a cooperação monetária entre todos os países do mundo. Essa iniciativa partiu da necessidade de equilibrar paridades monetárias justas entre diferentes moedas, evitando desvalorizações concorrenciais e formando um grande fundo com recursos dos países membros. Esses recursos seriam utilizados em favor de países que encontrassem dificuldades nos pagamentos internacionais, principalmente aqueles que apresentavam recorrentes déficits em sua conta de transações correntes.

Uma das principais funções do Fundo é regular as paridades das moedas. Tinha o objetivo essencial de presidir um regime internacional de câmbio praticamente fixo, promovendo a cooperação monetária internacional mediante uma instituição permanente que servisse de mecanismo para consulta e colaboração sobre problemas monetários. Em seu instrumento constitutivo estabeleceu-se, ainda, que recursos financeiros do Fundo seriam oferecidos temporariamente aos países membros para proporcionar-lhes oportunidades de corrigir desequilíbrios no seu balanço de pagamentos, sem recorrer a desvalorizações cambiais, consideradas destrutivas da prosperidade internacional (Manzalli e Gomes, 2006, p. 96).

Já o Banco Mundial, instituição financeira internacional ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e também criada em 1944, tinha como propósito o financiamento de projetos de recuperação e de promoção de desenvolvimento econômico dos países atingidos pela guerra (Sandroni, 1996). Na prática, esse papel ficou a cargo do chamado Plano Marshall, e o banco passou a lidar de modo crescente com o tema do desenvolvimento econômico e a atuar sobretudo junto aos países subdesenvolvidos (Baumann, 2004).

Formalmente, seu intuito era canalizar capital para investimentos que permitissem elevar a produtividade das empresas, o padrão de vida das pessoas e as condições de trabalho nos países membros. Assim, a preocupação primordial do Banco Mundial seria aquela ligada à melhoria das condições de vida da população, quer dizer, às questões de cunho qualitativo (e não quantitativo-financeiro, a exemplo do FMI).

Conforme salientam Manzalli e Gomes (2006), o objetivo básico do Banco Mundial era o de auxiliar na reconstrução e no desenvolvimento de territórios dos países membros atingidos pela destruição da guerra. Esse objetivo deveria ser atendido por meio de atividades dedicadas a:

- a) prover capital para fins produtivos;
- b) promover o investimento externo privado;
- c) complementar o investimento privado mediante o fornecimento de capital para fins produtivos;
- d) promover o crescimento equilibrado de longo prazo do comércio internacional;
- e) manter o equilíbrio nos balanços de pagamento mediante o incentivo internacional a investimentos para o desenvolvimento de recursos produtivos.

Os resultados das políticas keynesianas logo se fariam sentir, e a economia americana viveria o seu período de maior riqueza e crescimento.

Saiba mais

Nós, keynesianos antes de Keynes

No Brasil, também se adotaria estratégia parecida à do *New Deal*: ao tempo de Getúlio Vargas, a produção de café seria comprada pelo governo apenas para remunerar os fatores de produção empregados. Depois, esse café seria queimado, em vez de ser colocado no mercado, abaixando ainda mais o preço do produto.

Comprava-se café não para revendê-lo, mas apenas para manter a remuneração de setores importantes da economia.

Cavando buracos

Em sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, Keynes explicaria a necessidade de investir na criação de empregos como medida para manter a demanda agregada e evitar a queda da produção. Se fosse necessário, que se cavassem buracos e se os cobrissem novamente. Ou, nas palavras dele: "Cavar buracos no chão à custa da poupança não só aumentará o emprego, como também a renda nacional em bens e serviços úteis".

--- EXERCÍCIOS ---

1) Segundo Ricardo Dathein, em *Um esboço da teoria keynesiana*⁸,

a teoria keynesiana entende, em contraposição à visão neoclássica, que para se explicar o desemprego não se deve começar a análise pelo estudo do mercado de trabalho, ou tentar encontrar todas as respostas neste mercado, de forma a praticamente resumir a discussão a questões microeconômicas. Ao contrário, a determinação teórica vem do estudo sobre a dinâmica econômica mais geral e seus impactos sobre o emprego, especificamente. A ordem causal é tomada inversamente, aparecendo o "mercado de trabalho" no final da corrente.

Em relação a um dos economistas que mais marcou o pensamento econômico do século XX, pode-se dizer que:

I – Keynes afirmou que, geralmente, o consumo aumentará com a renda, mas não tanto quanto o aumento em renda. Quer dizer: a taxa pela qual o consumo aumenta, se ocorrer uma elevação da renda, é menos do que proporcional.

II – Keynes foi pioneiro no estudo da relação entre desemprego e inflação: na sua opinião, para se ter uma inflação baixa, seria necessário aceitar um nível menor de emprego; em contrapartida, para se obter uma redução de desemprego, seria necessário conviver com a correspondente taxa de inflação. Além disso, priorizou a questão dos ajustes monetários em detrimento à busca do crescimento visto que, a longo prazo, o processo inflacionário acabaria com qualquer possibilidade de aumento da renda.

III – Keynes analisou a incapacidade do sistema econômico de fazer ajustamentos automáticos em decorrência de desequilíbrios entre consumo e produção.

Em relação às assertivas anteriores:

- a) apenas a I está incorreta;
- b) apenas a II está incorreta;
- c) apenas a III está incorreta;
- d) apenas a I e II estão incorretas;
- e) todas estão corretas.

⁸ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/ricardo/teoriakeynesiana.pdf>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

2) (Enade 2005, História, com modificações) No século passado, houve dois momentos distintos em que duas concepções opostas de política econômica se impuseram, quase como um consenso: nos anos 1930, a ideia de que a salvação ou futuro da sociedade estava no Estado; e, a partir dos anos 1980, a ideia, contrária, de que a salvação ou o futuro da sociedade estava no mercado.

I – A primeira concepção está associada à crise do capitalismo.

II – A segunda concepção está associada à globalização.

III – A primeira concepção está associada à crise de 1929 e à ideia de intervenção do Estado como necessária para se recuperar o equilíbrio econômico.

Estão corretas as afirmações:

a) I e II, apenas;

b) II e III, apenas;

c) I e III, apenas;

d) I, II e III;

e) Nenhuma delas.

3) (Enem/2007, Fuvest e UEPG/2007 com modificações). Leia um texto publicado no jornal *Gazeta Mercantil*. Esse texto é parte de um artigo que analisa algumas situações de crise no mundo, entre elas, a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, e foi publicado na época de uma iminente crise financeira no Brasil.

Deu no que deu. No dia 29 de outubro de 1929, uma terça-feira, praticamente não havia compradores no pregão de Nova Iorque, só vendedores. Seguiu-se uma crise incomparável: o produto interno bruto dos Estados Unidos caiu de 104 bilhões de dólares, em 1929, para 56 bilhões, em 1933, coisa inimaginável em nossos dias. O valor do dólar caiu a quase metade. O desemprego elevou-se de 1,5 milhão para 12,5 milhões de trabalhadores – cerca de 25% da população ativa – entre 1929 e 1933. A construção civil caiu 90%. Nove milhões de aplicações, tipo caderneta de poupança, perderam-se com o fechamento dos bancos. Oitenta e cinco mil firmas faliram. Houve saques e norte-americanos que passaram fome (*Gazeta Mercantil*, 05/01/1999).

Ao citar dados referentes à crise ocorrida em 1929, o texto faz referência:

I – À crise que se iniciou nos Estados Unidos e se alastrou por todo o mundo devido à interdependência entre a economia americana e a de numerosos outros países, principalmente aqueles que recebiam empréstimos americanos.

II – Ao fato de, apesar da queda da Bolsa de Nova York, o capital financeiro não ter sido atingido pela crise. A venda de ações foi mantida, impedindo a falência de investidores e bancos.

III – Ao abalo do liberalismo econômico e à tendência para a prática da intervenção do Estado na economia.

Em relação às afirmativas:

- a) apenas a I está incorreta;
 - b) apenas a II está incorreta;
 - c) apenas a III está incorreta;
 - d) todas estão corretas;
 - e) todas estão incorretas.
- 4) (Fuvest, com modificações) "A crise atingiu o mundo inteiro. O operário metalúrgico de Pittsburgh, o plantador de café brasileiro, o artesão de Paris e o banqueiro de Londres, todos foram atingidos"⁹.

O autor se refere à crise mundial de 1929, iniciada nos Estados Unidos e que diz respeito:

I – ao aumento do número das sociedades acionárias e da especulação financeira.

II – ao crescimento acelerado das atividades de empresas industriais e comerciais, e ao pleno emprego.

III – à imediata valorização dos preços da produção industrial e fim da acumulação de estoques.

Em relação às afirmativas:

- a) apenas a I está correta;
- b) apenas a II está correta;
- c) apenas a III está correta;
- d) todas estão corretas;
- e) todas estão incorretas.

⁹ Paul Reynauld, em seu ensaio *La France a sauvé l'Europe*, de 1947.

5) (UFMG, com modificações)

(...) Há neste momento nos Estados Unidos cerca de 14 milhões de desempregados, e, como muitos deles têm família, 20 a 30 milhões de homens e mulheres vivem de esmolas, privadas ou públicas (...). O espetáculo de uma grande nação de que um quarto se encontra reduzido à impotência produz emoções bem mais fortes do que uma estatística em preto e branco. Desde que põe pé neste país, o estrangeiro compreende de repente que em nenhum momento a Europa imaginou a dolorosa intensidade da depressão dos Estados Unidos¹⁰.

A recuperação econômica dos EUA, após a crise de 1929, ocorreu através do *New Deal* (1933-1938) e a ele se referem:

I – O protecionismo alfandegário.

II – O aumento dos gastos públicos.

III – O fim do planejamento e da intervenção do Estado na economia.

Sobre essas afirmativas:

a) apenas a I está incorreta;

b) apenas a II está incorreta;

c) apenas a III está incorreta;

d) todas estão corretas;

e) todas estão incorretas.

Resolução dos exercícios

1. b) apenas a II está incorreta.

A teoria desenvolvida por Keynes priorizou a questão do emprego, e não da inflação. Em verdade, à sua época, a inflação não era um problema de fundamental importância do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico.

¹⁰ André Maurois, em seu ensaio *Estaleiros americanos*, de 1933.

2. d) I, II e III.

Todas estão corretas. A crise de 1929, crise do capitalismo, deu origem à ideia do Estado como condutor e promotor do equilíbrio econômico. A crise de 1980, ao contrário, disseminou a ideia de que o Estado deveria se retirar dos assuntos econômicos, deixando ao mercado a tarefa de alcançar o equilíbrio.

3. b) apenas a II está incorreta.

A segunda assertiva é falsa, já que o capital financeiro foi duramente atingido pela crise de 1929. Melhor: foi a crise do capital financeiro que deflagrou a crise.

4. a) apenas a I está correta.

A crise de 1929 diz respeito ao aumento descontrolado do número de sociedades acionárias e da especulação financeira. Não fizeram parte desse cenário o crescimento de outros setores da economia, especialmente em função dos aumentos de estoques e da superprodução.

5. c) apenas a III está incorreta.

Fizeram parte do *New Deal* estratégias protecionistas alfandegárias e aumento dos gastos públicos. Esses mecanismos configuram uma intensa intervenção do Estado na economia.

A partir de trechos da entrevista de Fernando Ferrari Filho¹¹, reflita:

Vamos pensar um pouco mais?

O que podemos concluir a respeito da atualidade das ideias keynesianas?

Keynes nunca deixou de viver, no aspecto figurativo. Entre os anos 50 e 70, o mundo passou por um período de prosperidade jamais visto, conciliando crescimento econômico e estabilização de preços. E, queiramos ou não, essa prosperidade se alicerçou em concepções de caráter keynesiano, ou seja, políticas monetárias e fiscais extremamente expansionistas, controle de capitais e estabilidade das taxas de câmbio. Foram as regras do sistema criado em Bretton Woods, na década de 1940.

(...) Eu diria que não há ninguém mais moderno que o Keynes para explicar as dificuldades atuais e para nos fazer entender que essas crises financeiras do capitalismo não são anômalas. Elas tendem a se repetir por períodos. Os economistas que são céticos ao Keynes é porque nunca o leram. Segundo ponto: é aquilo que você falou. As pessoas se apoiam no Keynes, se reportam às ideias dele, como agora, defendendo políticas fiscalistas, políticas de injeção de liquidez, como se fosse

¹¹ Disponível em: <http://consultorfelix.wordpress.com/2009/03/12/fernando-ferrari-quem-diria-agora-todos-sao-keynesianos>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

para solucionar um problema de curto prazo. Ou seja, hoje existe uma "aceitabilidade" de Keynes, para remediar os problemas. Pegando a sua expressão, na visão dessas pessoas, Keynes é só para o tempo em que durar a chuva. Por quê? Porque entendem que os mercados tendem a seguir uma lógica definida. Entendem que políticas fiscais e políticas monetárias de cunho essencialmente keynesiano devem ser utilizadas em épocas de crise, de depressão, mas não devem ser utilizadas em épocas de prosperidade. Acreditam que o mercado funciona na lógica da normalidade e só veem relevância no Estado keynesiano dentro de uma lógica de depressão. Essa é, infelizmente, a percepção.